



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122992 - PR (2020/0013917-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : EDSON GONÇALVES DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : LINCOLN MATHEUS SANTOS DE LIMA - PR096520
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por EDSON GONÇALVES DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do HC n. 0058872-26.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 1/11/2019, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 180, do Código Penal (receptação).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal Estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS CRIME - IMPUTAÇÃO PELA PRÁTICA, EM TESE, DO DELITO DE RECEPÇÃO - DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, ESPECIFICANDO OS REQUISITOS DO FUMUS COMISSI DELICTI (ANALISANDO MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS DE AUTORIA) E DO PERICULUM LIBERTATIS (DIANTE DA PERICULOSIDADE DO AGENTE IN CONCRETO, ESPECIFICAMENTE PELO REGISTRO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA) - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA QUE SE MOSTRA REQUISITO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR - PERICULOSIDADE CONCRETA DO ACUSADO DEMONSTRADA - OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE NÃO SE MOSTRAM ADEQUADAS NO CASO - CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE QUE NÃO SÃO SUFICIENTES PARA AFASTAR A PRISÃO CAUTELAR QUANDO PREVISTOS OS REQUISITOS LEGAIS QUE INDICAM SUA NECESSIDADE - AUSENTE O CONSTRANGIMENTO ILEGAL, DENEGA-SE A ORDEM PRETENDIDA. (fls. 46)

Agora o recorrente interpõe o presente recurso sustentando que não foi apresentada fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar, a qual estaria baseada na gravidade abstrata do delito. Destaca não estarem presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do acusado.

Aduz a possibilidade de fixação de regime diverso e de substituição da pena constritiva por restritivas de direito o que demonstra a desproporcionalidade da custódia antecipada.

Pleiteia, em liminar e no mérito, pela revogação da sua custódia cautelar, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Liminar indeferida às fls. 99/100.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso (fls. 105/106).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de consulta processual realizada na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se, nos autos da Ação Penal n. 0004889-54.2019.8.16.0084, a superveniência de sentença condenando o recorrente à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto, ocasião em que lhe foi concedido o direito de recorrer em liberdade, sendo expedido alvará de soltura em seu favor.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator